



Índice

- 01** AGU derruba 120 liminares que permitiam a permanência de não-índios na Terra Indígena Apyterewa
- 02** MS – Sem postos, indígenas são atendidos em meio a entulhos
- 03** Comissão ouve presidente da Funai sobre delimitação de terras indígenas
- 04** Roraima tem mais de 18 mil eleitores em áreas indígenas
- 05** Seed abre inscrições para dois cursos de formação de professores indígenas
- 06** TJ-MS instala Pajus e doa Kombi para atender crianças indígenas de Japorã
- 07** Primeira Turma do STJ mantém veto à mineração em terras dos índios Cinta Larga
- 08** Ibama emite licença que autoriza preparação do terreno para obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis
- 09** Justiça suspende reintegração de posse da comunidade Guarani Kaiowá
- 10** Instituto busca parceria para ampliar ações em comunidades quilombolas de Corumbá
- 11** Comunidade quilombola encena o espetáculo 'Batuque Amazônico'
- 12** Defesa Civil Estadual socorre desalojados e desabrigados em cinco municípios de Rondônia
- 13** SPU doa área a pescadores de Barra do Riacho, mas Jurong leva a fama



- 14 Para Irajá Abreu, demarcações devem considerar indígenas e produtores
- 15 Apesar das fortes chuvas o atendimento às famílias ribeirinhas está controlado
- 16 Povo das Águas atende ribeirinhos da região do Taquari a partir de domingo
- 17 Choram Ednas e Balbinas
- 18 ADI contra o decreto 4887 está na pauta da sessão de hoje do STF
- 19 Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina acontece nos dias 9 e 10 de abril, em Paraty
- 20 Manifesto das mulheres e demais moradores de Altamira, vítimas da Norte Energia
- 21 Documentário vai contar história da Resex Ituxi e Médio Purus
- 22 SEPPIR participa de discussão sobre Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
- 23 Belo Monte: a violência na compensação
- 24 Funai e deputados debatem a demarcação de terras indígenas em audiência
- 25 Índios ocupam sede de atendimento à saúde no Mato Grosso
- 26 Fenômeno faz com que rios da bacia hidrográfica amazônica não sequem o esperado
- 27 14º Fórum de Presidentes de Condisi presta homenagem à liderança indígena do Alto Juruá
- 28 Comissão de Ciência e Tecnologia aprova novo marco legal da biodiversidade
- 29 Indígenas fazem bloqueio em rodovias e cobram melhorias no norte do TO

AGU derruba 120 liminares que permitiam a permanência de não-índios na Terra Indígena Apyterewa

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2015



AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) suspendeu, no Supremo Tribunal Federal (STF), 120 liminares que autorizavam a permanência de não-índios na Terra Indígena Apyterewa, da etnia Parakanã, localizada no município de São Félix do Xingu (PA). A retirada dos fazendeiros era uma das condicionantes para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a maior obra de infraestrutura do país.

Demarcada desde 2004, a terra indígena Apyterewa possui cerca de 770 mil hectares (cada hectare tem 10 mil m², aproximadamente um campo de futebol) e abriga mais de 400 nativos. Porém, as liminares vinham permitindo que 143 pessoas estranhas à comunidade indígena e seus familiares permanecessem na região.

Representando a Fundação Nacional do Índio (Funai), as unidades da Procuradoria-Geral

CONT.



Federal (PGF), órgão da AGU, ressaltaram o risco de iminente conflito agrário na região por causa da presença de produtores rurais. "Há notícia, ainda, de disputas internas entre os próprios posseiros, os quais estariam apoderando-se de ocupações daqueles que, indenizados, deixaram a terra indígena, e praticando o arrendamento de áreas desocupadas, consoante relatório produzido pelo Coordenador da Operação TI Apyterewa", informaram.

Os advogados públicos também destacaram que as liminares ofendem o artigo 231 da Constituição Federal e representam ameaça ao patrimônio indígena. "As ações interpostas pelos não-índios objetivam dar continuidade à forte atividade de criação de gado em terra indígena devidamente homologada, em flagrante violação ao ordenamento jurídico. A ocupação de terra indígena por não-índio é irregular e configura mera detenção, a título precário, não gerando efeito possessório", afirmaram.

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, acolheu o pedido de suspensão feito pela AGU. Com a decisão, foi garantida à etnia Parakanã a posse exclusiva da terra indígena. "As decisões impugnadas pela Funai contrariam frontalmente o interesse público e são incompatíveis com a normatividade constitucional sobre os direitos dos indígenas. Permitir que os não-índios persistam ocupando irregularmente a terra indígena Apyterewa inflama as disputas de terras na região, configurando grave ameaça à integridade física de inúmeras pessoas (inclusive agentes públicos) e ao próprio patrimônio público, sobretudo por conta das noticiadas ações de depredação e desmatamento das terras de propriedade da União", entendeu.

Atuaram no caso o Departamento de Contencioso da PGF, a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai e a Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região, unidades da PGF, órgão da AGU.

Ref.: Suspensão de Tutela Antecipada nº 780 – STF.

Foto: funai.gov.br

MS – Sem postos, indígenas são atendidos em meio a entulhos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2015

Além da suspensão de serviços, pacientes recebem atendimento em obras inacabadas. Empreiteira abandonou trabalho, prefeitura contratou outra



Valéria Araújo, do Progresso

Indígenas das aldeias Panambizinho e Jaguapiru em Dourados estão sendo atendidos em meio a entulhos de obras inacabadas de dois postos de Saúde que deveriam ter sido entregues em 2013, mas que estão paralisadas. As unidades fazem parte de um pacote de cinco postos que estavam sendo ampliados e reformados pela Prefeitura de Dourados, porém apenas três deles foram concluídos. Juntos, os investimentos oriundos do Fundo Municipal de Saúde somam R\$ 1,8 milhão em investimentos. Cada unidade de Saúde inacabada custou aos cofres públicos o valor de R\$ 182 mil.

Estes mesmos investimentos foram alvo de reportagem do JN no Ar em 2011, que denunciou que, apesar da verba estar disponibilizada para a Prefeitura desde 2009 pelo Governo Federal, as obras de reforma e ampliação não haviam saído do papel.

CONT.



As obras iniciaram em setembro de 2012 e paralisaram em dezembro daquele ano, segundo o Conselho Local de Saúde Indígena. De lá para cá, segundo o conselheiro Reginaldo Aquino da Silva, a comunidade indígena vem sendo atendida de forma improvisada e precária. No posto de Saúde do Panambizinho serviços como Saúde Mental, Serviço Social e programas para idosos e de prevenção a hipertensão e diabetes foram suspensos.

Salas como a do serviço de nutrição e odontologia estão cheias de entulhos e restos de construção, assim como o local onde deveria funcionar os banheiros. Sem água, equipes de Saúde que fazem atendimento no posto duas vezes por semana, não conseguem lavar a mão entre uma consulta e outra. Também ficam sem banheiros, assim como a população atendida no local. Uma fiação irregular e arriscada mantém de forma precária os exames de tuberculose em uma geladeira também improvisada.

A sala de coleta do preventivo não tem janela e o espaço vazio é coberto com papelão. Uma porta teve que ser improvisada para dar o mínimo de descrição as pacientes. Sem portas principais, o posto fica vulnerável a qualquer invasão e roubo de equipamentos que estão todos encaixotados e sem uso porque como a obra está inacabada, também não há energia elétrica e água.

“Por causa disso, uma simples inalação é impossível de ser realizada na unidade, justamente neste momento em que estamos registrando aumento nos casos de gripe entre as crianças. A comunicação entre o posto e as equipes de saúde também ficam comprometidas, porque sem energia não tem como ligar o rádio transmissor”, destaca Reginaldo de Souza, conselheiro do Conselho Local de Saúde Indígena.

Sem local adequado onde deveria funcionar uma farmácia, os medicamentos são armazenados em armários-arquivos numa sala que inunda quando chove devido a falta de janelas. No local também estão expostos todos os prontuários médicos, que são feitos de forma manual porque todos os computadores estão encaixotados devido a falta de energia.

Reginaldo explica que apesar de quase 70% da procura ter diminuído, principalmente nos casos de coleta do preventivo, o posto ainda faz uma média de 400 atendimentos mensais. “Os serviços odontológicos só não pararam porque a equipe faz o trabalho no gabinete odontológico móvel aqui na frente do posto”, destaca.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza diz que está encaminhando um relatório para o Ministério Público Federal sobre as paralisações. “Se as obras não foram concluídas queremos saber onde foram parar estes investimentos”, ressaltou.

Prefeitura

Procurado pelo O PROGRESSO, o secretário municipal de Saúde da Prefeitura de Dourados, Sebastião Nogueira diz que as obras paralisaram porque a empreiteira abandonou os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

trabalhos. Segundo ele, depois do ocorrido, a Prefeitura imediatamente iniciou o processo de licitação para uma nova empresa que acaba de ser contratada. Por causa disso ele acredita que as obras devem iniciar a qualquer momento, dependendo apenas da nova empreiteira.

Imagem: Conselheiro indígena mostra salas cheias de entulhos, onde índios são atendidos. (Foto: Hédio Fazan)

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Isabel Carmi Trajber.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

Comissão ouve presidente da Funai sobre delimitação de terras indígenas

SÍTIO CBN FOZ, 24.03.2015

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realiza audiência pública nesta terça-feira (24), às 14h30, para ouvir o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli, sobre identificação e delimitação de terras indígenas. O evento ocorrerá no plenário 6.

O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que pediu o debate, afirma que os proprietários de terra querem maior transparência nos processos de demarcação. "A Funai tem, atualmente, elaborado processos aos quais os produtores rurais e os municípios não têm acesso. Os processos correm à revelia, e o direito de defesa é mínimo", diz.

"A alegação é de que os interessados têm em torno de 90 dias para se defender, tempo insuficiente para qualquer ação efetiva."

Fonte: Agência de notícias da Câmara Federal

Roraima tem mais de 18 mil eleitores em áreas indígenas

SÍTIO BV NEWS, 24.03.2015

O último Censo Demográfico realizado em 2010 aponta que a população indígena no Brasil corresponde a 817.963 pessoas, 0,4% do total nacional



O maior percentual está no município do Uiramutã com 8.375 habitantes, sendo que 88,1% são índios

De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, proporcionalmente, Roraima tem a maior população indígena do país. No estado, existem 450.479 habitantes, dos quais 49.637 são indígenas, representando 11% da população. O maior percentual está no município do Uiramutã, região onde está localizada parte da terra indígena Raposa Serra do Sol, com 8.375 habitantes, sendo que 88,1% são índios. O município de Normandia (56,9%) ocupa a segunda posição, seguido por Pacaraima (55,4%) e Amajari (53,8%).

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) comprovam que Roraima possui atualmente 299.558 eleitores, sendo 190.698 apenas na capital Boa Vista. Em relação ao eleitorado em áreas indígenas, 18.340 cidadãos estão distribuídos em 100 seções eleitorais de 65 comunidades indígenas, nos 15 municípios do estado, o que representa 6,12% do eleitorado.

CONT.



Conforme explicou o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), desembargador Mauro Campello, uma das prioridades de sua gestão é aumentar o cadastro eleitoral nas áreas indígenas, a fim de garantir a essa parcela da sociedade o pleno exercício da cidadania. Ele disse ainda que essa foi a razão de a Justiça Eleitoral Itinerante (JEI) iniciar as atividades em 2015 no município do Uiramutã.

“Desde ontem (23), estamos atendendo com uma equipe de servidores em algumas localidades do Uiramutã. A proposta é disponibilizar os serviços eleitorais nas regiões mais longínquas do estado, incluindo comunidades indígenas e ribeirinhas. Ao utilizar uma antena via satélite, nós entregamos o título de eleitor na mesma hora em que é solicitado, e isso é um avanço imenso para promover essa inclusão e levar cidadania ao alcance de todos”, disse Campello, ao lembrar que a abertura oficial da JEI será no dia 26 de março, às 11h, no Maturuca.

TSE

Uma das metas do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, é fortalecer a participação da população indígena no processo eleitoral brasileiro. Ele comentou que serão desenvolvidas ações para garantir aos índios o pleno exercício dos seus direitos.

“Pela primeira vez, o TSE realizou um levantamento estatístico nas Eleições Gerais de 2014 utilizando o critério de cor e raça para analisar o perfil dos candidatos. Foi identificado que entre as cinco raças citadas (branca, amarela, indígena, parda e negra) os indígenas ocuparam o último lugar, com 0,35% das candidaturas. No pleito do ano passado, 81 candidatos se declararam indígenas e, desses, apenas 2 foram eleitos”, ressaltou Toffoli.

O último Censo Demográfico realizado em 2010 aponta que a população indígena no Brasil corresponde a 817.963 pessoas, 0,4% do total nacional.



Seed abre inscrições para dois cursos de formação de professores indígenas
SÍTIO BV NEWS, 24.03.2015

A Seed (Secretaria de Estado de Educação e Desportos), em parceria com o Ceforr (Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima), está com inscrições abertas, até o dia 15 de abril, para dois cursos de formação continuada de professores leigos indígenas. São ofertadas 230 vagas e os interessados devem procurar a Gerência de Educação Indígena, na sede do Ceforr, na travessa Presidente Castelo Branco, bairro Calungá, para fazer inscrição.

Segundo a chefe da Diei (Divisão de Educação Indígena), Jane Moreira, os cursos de formação continuada Tamî'Kan e Amoko Iisantan são direcionados a professores que atuam na Educação Indígena, mas são considerados leigos, por não terem formação inicial em Magistério. Durante o processo de formação, eles recebem preparação didática para lecionar a língua materna de suas respectivas etnias.

Para os candidatos que concluíram o Ensino Fundamental (8ª série), o curso terá duração de quatro anos. Para os candidatos com Nível Médio completo, a duração da formação é de dois anos. O primeiro módulo será realizado do dia 26 de julho ao dia 13 de agosto deste ano. Como nos demais cursos de formação continuada, as aulas ocorrerão sempre, no período das férias escolares, entre os meses de janeiro e fevereiro, e no recesso, entre o primeiro e o segundo semestre do ano letivo.

Dos cursos oferecidos, o de Magistério Indígena Tamî'Kan oferece 200 vagas e é destinados a professores de várias etnias, entre elas, Auaris/Yekuana e Wai Wai. Segundo o professor Fausto Mandulão, do Ceforr, para esse curso já foram feitas 175 inscrições. Já para o curso de Magistério Indígena Amoko Iisantan estão sendo ofertadas 30 vagas para professores das etnias Macuxi, Ingaricó e Patamona. Até o momento, não há inscritos.

A Seed conta atualmente com 164 professores leigos em áreas indígenas, todos frequentaram cursos ofertados pelo Estado. Além disso, segundo dados da Diei, a maioria dos professores lotados nas 266 escolas indígenas da rede estadual de ensino tem formação específica, visando à preservação da cultura de cada etnia. Grande parte desses profissionais possui formação superior indígena, oferecida pelo Instituto Insikiran, da UFRR (Universidade Federal de Roraima).

Estão matriculados na rede estadual de ensino 14.154 alunos indígenas em séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e também no curso de EJA (Educação de Jovens e Adultos). O ano letivo desses estudantes começou no dia 9 deste mês e, além dos professores lotados inicialmente, a Seed reconduziu para as escolas indígenas 1.086 professores escolhidos por meio de processo seletivo.



TJ-MS instala Pajus e doa Kombi para atender crianças indígenas de Japorã
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 24.03.2015

A partir de agora, a população da cidade de Japorã, localizada no extremo sul do Estado, poderá contar com os serviços judiciais com a instalação do Posto Avançado da Justiça (Pajus), inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça, Des. João Maria Lós.

Durante a cerimônia, ocorrida na manhã desta sexta-feira (20), o cacique Roberto Carlos Martins, da aldeia indígena Porto Lindo, contou sobre os casos de desnutrição das crianças indígenas, que estão sem transporte para fazer tratamento. Sensibilizado com o relato, o presidente do TJMS anunciou a doação de um veículo Kombi, utilizado pelo TJ, para que a prefeitura dê o atendimento a esta população.

O Des. João Maria Lós falou da intenção do Judiciário em estar presente nas cidades que não são comarcas. "Nós devemos estar presentes em todas as cidades e comunidades do Estado. Esta é uma primeira estaca que o Poder Judiciário está firmando para estar presente em todos os municípios do Estado, sobretudo nas localizadas na região de fronteira, garantindo a justiça e os direitos das populações mais desassistidas, como os indígenas".

O município de Japorã possui 7.731 habitantes, a maioria vivendo na área rural ou em aldeias indígenas. A cidade possui "a vergonhosa situação de pior Índice de Desenvolvimento Humano do Centro-Oeste", como contou o prefeito Vanderley Bispo de Oliveira. "A gente sonha sempre e sonhar em conjunto é ainda melhor. Com o trabalho social e com a instalação deste Pajus em Japorã, nós queremos mudar e transformar a realidade da nossa gente", disse o prefeito.

O cacique Roberto Carlos Martins disse estar muito feliz em participar deste processo de fortalecimento do Judiciário em Japorã. "Nós somos a maioria da população deste município e somos vistos como desobedientes da lei, mas precisamos da proteção dos órgãos públicos para podermos cumprir com nossas obrigações".

Doação – Roberto Carlos contou um pouco da situação de sua aldeia e convidou as autoridades para conhecer sua realidade. De acordo com o cacique, 33 crianças apresentam quadro de desnutrição, alguns graves, não tendo como fazer o tratamento no Centro de Combate à Desnutrição, pois o veículo cedido pela Prefeitura à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que cuida da aldeia, está quebrado há mais de um mês.

Com o relato do indígena, o desembargador João Maria Lós prontificou-se em disponibilizar um veículo do Tribunal, que iria a leilão, destinando à prefeitura para que leve as crianças desnutridas para fazer tratamento junto a médicos e nutricionistas do Centro. "Este veículo vai ser de grande valia porque estará salvando muitas vidas de crianças indígenas", ressaltou o prefeito de Japorã.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

Neste atendimento, a equipe da Sesai busca em casa a criança com a mãe e ambos passam o dia no Centro de Combate à Desnutrição, que conta com médico e enfermeiro da Secretaria, e nutricionista e demais membros da equipe (zeladores, cozinheiros, merendeiros e motoristas) da Prefeitura de Japorã. No local as crianças recebem todo o atendimento necessário, recebendo alimentação balanceada para a melhora da saúde.

Durante a cerimônia de inauguração do Pajus, o presidente sinalizou a intenção de implantar comarca em todas as cidades do Estado. "Todas as cidades devem ter a presença do Estado. A ideia é levar ao Executivo e ao Legislativo proposta de emenda à Constituição Estadual, para dotar todos os municípios de fórum, Ministério Público, Defensoria Pública, polícia civil e militar, garantindo a segurança e os direitos da população do Mato Grosso do Sul".

A cerimônia contou, ainda, com a participação do juiz auxiliar da Presidência, Paulo Afonso de Oliveira, do diretor do foro da Comarca de Mundo Novo, Eduardo Floriano Almeida, representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, OAB e também de outras autoridades locais.

Autor da notícia: Secretaria de Comunicação - imprensa@tjms.jus.br



Primeira Turma do STJ mantém veto à mineração em terras dos índios Cinta Larga
SÍTIO TOP NEWS, 24.03.2015

Fonte: Justiça em Foco

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou decisão que impede a mineração nas terras dos índios Cinta Larga e em seu entorno, em Rondônia. Ainda há um recurso sobre o caso para ser julgado no STJ, mas até lá deverá prevalecer acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que considerou prejudicial a presença dos mineradores.

Em ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), o TRF1 mandou o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) cancelar todas as autorizações de lavra ou pesquisa mineral no interior e no entorno das reservas Roosevelt, Aripuanã, Parque Aripuanã e Serra Morena, além de indeferir todos os requerimentos para as mesmas áreas.

O DNPM interpôs recurso especial contra essa decisão, o qual ainda não foi admitido para subir ao STJ, e simultaneamente pediu que as determinações do acórdão ficassem em suspenso até o julgamento final do recurso pela corte superior. O vice-presidente do TRF1 atendeu ao pedido, o que levou o MPF a ingressar no STJ com medida cautelar para afastar o efeito suspensivo.

Competência do Congresso

Segundo o MPF, é proibida a prática da mineração por terceiros em áreas indígenas, pois o artigo 44 do Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) assegura que essas terras só podem ser exploradas pelos próprios silvícolas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, faiscação e cata. Alegou ainda que só o Congresso Nacional, e não o DNPM, tem competência para autorizar a mineração em áreas indígenas, depois de ouvidas as respectivas comunidades.

De acordo com o MPF, a decisão do vice-presidente do TRF1 representa risco de dano irreparável para as reservas indígenas, já que a mineração traz prejuízos ambientais. Além disso, a extração ilegal de diamantes estaria provocando uma onda de crimes na região.

O DNPM, ao insistir na necessidade de suspensão do acórdão do TRF1, argumentou que "a mineração é atividade econômica de longo prazo, demandando, portanto, uma segurança jurídica". Sustentou que a vedação de novas pesquisas seria um dano potencial.

CONT.



Falta de pressupostos

Em julho do ano passado, o relator da cautelar, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, concedeu liminar para restabelecer provisoriamente a eficácia da decisão que impediu a mineração – o que foi agora confirmado no julgamento definitivo da cautelar.

O relator afirmou que, após o julgamento da matéria na segunda instância, encerra-se a jurisdição do tribunal local, de modo que eventual efeito suspensivo passa a ser da competência da corte superior, mesmo estando o recurso com exame de admissibilidade ainda pendente.

Sobre o caso dos Cinta Larga, o ministro avaliou que o recurso especial do DNPM dificilmente obterá êxito no STJ, pois exige revolvimento de provas, o que é proibido pela Súmula 7. Segundo ele, isso afasta um dos pressupostos do efeito suspensivo – a plausibilidade do direito alegado.

Quanto ao outro pressuposto – o risco de dano irreparável –, Maia Filho deu razão ao MPF ao considerar que esse risco, na verdade, é inverso, pois “a lavra de recursos minerais, cuja licitude ainda é objeto de discussão nos autos, acarreta inegável dano ambiental, sendo improvável a reparação na hipótese de permanência da exploração das jazidas”.



Ibama emite licença que autoriza preparação do terreno para obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis

SÍTIO DIÁRIO CATARINENSE, 24.03.2015

Pendência impedia a continuidade das obras, que tem como principal objetivo desafogar o trânsito da região na BR-101

Mônica Foltran
monica.foltran@diario.com.br

Foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), a Licença de Instalação para a realização do Contorno Viário na BR-101 da Grande Florianópolis. Na prática, o documento autoriza toda a preparação necessária do terreno para início dos trabalhos.

A solicitação foi feita em 2009 e a pendência impedia a continuidade das obras, que tem como principal objetivo desafogar o trânsito da região na BR-101, na Grande Florianópolis. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) após a publicação da autorização em Diário Oficial, o início dos trabalhos deve ocorrer em até 15 dias.

A Licença Ambiental que já está disponível no site do Ibama deve ser publicada oficialmente nos próximos dias. O documento tem validade de quatro anos e estabelece uma série de condicionantes para a realização da obra. Após esta etapa, o órgão federal ainda deve emitir a Licença de Operação que autoriza a obra. Esta última concessão está condicionada à vistoria dos detalhes técnicos do projeto aprovado.

Ainda de acordo com a ANTT, o cronograma de obras está mantido, mas depende da alteração solicitada do projeto relacionada às condicionantes ambientais. A obra do Contorno Viário da Grande Florianópolis deve impactar indiretamente na rotina de nove aldeias indígenas da região. Este era um dos motivos que barravam a liberação da Licença de Instalação. Em 16 de março a Funai manifestou favorável ao Estudo do Componente Indígena, necessário para o Ibama emitir a LI.

Até as 16h50min desta terça-feira, a Autopista Litoral Sul, concessionária da Arteris, responsável pela obra, não se posicionou sobre o cronograma de obras e início dos trabalhos.

Obras

O novo traçado do Contorno Rodoviário de Florianópolis, em pista dupla nos dois sentidos, terá aproximadamente 50 quilômetros de extensão, entre o Km 175 e o Km 220 da BR-101,

CONT.



incluindo: trevos, obras de arte especiais e dispositivos de passagens, cortando os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça.

De acordo com a ANTT, no mês de fevereiro foram realizados serviços de terraplenagem, drenagem e obras complementares, totalizando cerca de 41% do total. As obras tiveram início no dia 29 de maio de 2014 e ocorrem no trecho intermediário, que compreende os municípios de Biguaçu, São José e Palhoça. A previsão é que esta etapa seja concluída em 23 meses.

Para entender:

Licença de Instalação (LI) - Autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento. O prazo de validade dessa licença é estabelecido pelo cronograma de instalação do projeto ou atividade, não podendo ser superior a seis anos.

Licença de Operação (LO) - Deve ser solicitada antes de o empreendimento entrar em operação, pois é essa licença que autoriza o início da obra. Sua concessão está condicionada à vistoria a fim de verificar se todas as exigências e detalhes técnicos descritos no projeto aprovado foram desenvolvidos e atendidos ao longo de sua instalação e se estão de acordo com o previsto nas LP e LI. O prazo de validade é estabelecido, não podendo ser inferior a quatro anos e superior a 10 anos.



Justiça suspende reintegração de posse da comunidade Guarani Kaiowá
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 24.03.2015

Desembargador afirma que integrantes da tribo ocupam o local há mais de oito anos

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu o cumprimento do mandado de reintegração de posse do acampamento de Pacurity, na região de Dourados (MS). A comunidade indígena vive em parte da área que a Funai já reconheceu pertencer a território sob posse imemorial dos Guarani Kaiowá.

Em decisão, o desembargador Antônio Cedenho afirma que os integrantes da tribo ocupam o local há mais de oito anos, provavelmente buscando água na única fonte existente nas áreas de preservação permanente e de reserva legal daquela fazenda.

“O perigo de lesão irreparável ou de difícil reparação decorre do acirramento do conflito fundiário na região e da precariedade das condições dos índios Guarani Kaiowá, que ficarão sem acesso a recursos hídricos. (...) Ante o exposto, nos termos do artigo 527, III, do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, para suspender o cumprimento do mandado de reintegração de posse”.

Instituto busca parceria para ampliar ações em comunidades quilombolas de Corumbá

SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 24.03.2015



Fonte: Notícias MS

Buscando parcerias e apoio na realização de projetos, o subsecretário de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial e Cidadania, Carlos Versoza, juntamente com a coordenadora da pasta, Lecir Marques, recebeu na manhã desta terça-feira (24) a presidente do Instituto da Mulher Negra do Pantanal, Edenir de Paula, na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast).

Com sede em Corumbá, o instituto identifica e organiza em comunidades quilombolas, na região do pantanal, possibilidades de capacitações como cursos de costura e serigrafia. A instituição também realiza ações voltadas às mulheres vítimas de violência e em vulnerabilidade racial, social e econômica.

Segundo a presidente do instituto, que milita há mais de 20 anos no movimento negro, 71% da população de Corumbá é afrodescendente.

"Em Corumbá e em toda a região do pantanal, temos um grande número de afrodescendentes. Nosso papel é esse, o de buscar parcerias com as entidades públicas para que essa população seja de fato atendida com qualidade e tenha acesso ao desenvolvimento também por meio dos serviços oferecidos pela esfera governamental", disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

De acordo com Carlos Versoza, os projetos e parcerias a serem desenvolvidos em conjunto com o instituto fortalecem as comunidades e por isso são de fundamental importância. As ações a serem realizadas serão encaminhadas para planejamento, em novas agendas, e posterior divulgação.

Comunidade quilombola encena o espetáculo 'Batuque Amazônico'

SÍTIO GLOBO.COM, 24.03.2015

*Espectáculo Batuque Afro Amazônico estreia no próximo domingo, 29.
Haverá roda de tambor e palestra de conscientização ambiental.*

A valorização da cultura negra de um povo traduzida nos mais variados aspectos da arte. Esta é a proposta do projeto Batuque Afro – Amazônico. Em sua primeira versão, o projeto capacitou jovens e adultos da comunidade quilombola de Itacoã Miri, localizada no município de Acará e o resultado das oficinas poderá ser visto no espetáculo Batuque Afro Amazônico, que fará sua estreia no próximo domingo (29), às 17h, no Centro Comunitário da localidade, no nordeste do Pará.



Além do espetáculo resultante das oficinas, haverá também uma roda de tambor.
(Foto: Divulgação/ Nelson Borges)

Durante o mês de março a comunidade participou de diversas oficinas voltadas a valorização da cultura africana que estava se perdendo na tradição da localidade. Aos finais de semana foram ofertadas oficinas de teatro, dança, percussão, criação de figurinos e estamparia afro e tranças afro. As oficinas formaram multiplicadores de cultura e gerou a criação de um grupo de dança afro amazônica na comunidade.

CONT.



Harles Oliveira, diretor e idealizador do projeto, pontua a necessidade que a comunidade tinha de um projeto como este. "As atividades desenvolvidas pelo nosso projeto atenderam a necessidade da própria comunidade que há muito tempo pretendia resgatar o grupo de dança que existia há alguns anos atrás, e que deixou de existir porque parte dos dançarinos, e lideranças do grupo, deixaram a comunidade em busca de melhores condições de vida na capital. Portanto, o nosso projeto vem justamente ao encontro desses interesses quando propõe atividades que venham capacitar novos dançarinos, percussionistas e figurinistas para darem continuidade ao novo grupo de dança; gerando, por conseguinte, ações culturais positivas provenientes de seus resultados".

O projeto ainda contará com uma palestra de conscientização ambiental no dia 28, que abordará os impactos de resíduos nocivos ao meio ambiente e um mutirão de limpeza na localidade. Neste dia, além do espetáculo resultante das oficinas, haverá também uma roda de tambor em comemoração a apresentação do novo grupo a comunidade. O grupo também planeja trazer a roda de tambor à Belém no dia 12 de abril na sede da ACENA, localizada no Conjunto Maguari.

Serviço

Espectáculo "Batuque Afro Amazônico", domingo, 29, às 17h. Centro Comunitário de Itacoã Miri - Município de Acará. Entrada franca. Informações: 988165662 e 991165662.

Defesa Civil Estadual socorre desalojados e desabrigados em cinco municípios de Rondônia

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 24.03.2015

Pelo menos 207 famílias foram abrigadas em 140 barracas de lona em Porto Velho.



Igarapé no bairro Baixa da União, na região central de Porto Velho

A Defesa Civil Estadual apoia desde o final de semana a capital, Porto Velho, e cinco municípios do interior de Rondônia atingidos por chuvas intensas e enxurradas: Buritis (já decretado estado de emergência), Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Nova Mamoré, Pimenta Bueno e Porto Velho. Desde as primeiras inundações do rio Madeira, até esta terça-feira (24), pelo menos 207 famílias foram abrigadas em 140 barracas de lona em Porto Velho. Desse total, 29 ficaram desabrigadas e 178 desalojadas. Uma única família, do Lago Maravilha, está abrigada na Escola Municipal Paulo Monteiro Brasil, na BR-319.

Na segunda-feira (23), o rio Madeira subiu para 21,98 metros a sua cota na região do Abunã, e alcançava 16,96m na manhã desta terça-feira, na zona ribeirinha da Capital, onde o agravamento da situação também ocorreu no fim de semana, quando o rio alcançou a cota de 17,10m. Com isso, a Defesa Civil socorreu famílias dos bairros Areal, Baixa da União, Balsa, Mocambo, Nacional, São Sebastião e Vila Candeias, mobilizando oito viaturas e várias equipes.

CONT.



Entre sexta-feira e sábado passado (21), a enxurrada destruiu pontes, bueiros e estradas vicinais, e obrigou a rede municipal de ensino a paralisar as aulas em Nova Mamoré (região de Guajará-Mirim). O escoamento da produção leiteira também foi prejudicado. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) mobilizará equipes para a recuperação das estradas.

“Apoiamos a Defesa Civil municipal no reconhecimento da situação de emergência”, informou o diretor de planejamento e operações da Defesa Civil estadual, tenente Artur Luiz de Souza.

Em Buritis (na mesma região), um dos municípios mais atingidos até agora, a equipe da Defesa Civil conclui nesta terça-feira o levantamento dos prejuízos. Cerca de mil casas foram atingidas pelas águas e pela enxurrada. Nesse município, os rios Candeias e São Domingos, além do Igarapé do Veado, transbordaram logo depois da chuva de sexta-feira (20), com duração até a tarde de sábado.

O município de Pimenta Bueno teve os maiores danos: em consequência da inundação do rio Pimenta, 480 famílias ficaram desabrigadas ou desalojadas, constatou a Defesa Civil estadual. Em Campo Novo de Rondônia (região de Ariquemes), a enxurrada destruiu uma ponte, mas não ficou caracterizada situação de emergência.

Desde o início de março, a solidariedade da Defesa Civil estendeu-se também aos vizinhos moradores do estado do Acre. Nos dias 3, 6 e 7, o órgão apoiou comboios transportando 152 toneladas de gêneros enviados para Rio Branco pela Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). Segundo o tenente Artur de Souza, a Defesa Civil custeou combustíveis no valor de R\$ 2,3 mil, e cedeu cinco viaturas para as viagens.

Dados da Defesa Civil mostram que em janeiro choveu 265 milímetros em 19 dias; em fevereiro, durante 15 dias, o pluviômetro marcou 190.1 mm; e no mês de março, em 17 dias, 220.1 mm. Já o Setor de Hidrologia do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em Porto Velho aponta recordes de chuvas: em 27 de janeiro, 46 mm; em 19 de fevereiro, 61,3 mm. Apenas nos dias 23 e 24 (hoje) houve acúmulo de 89,1 mm.

“Essas chuvas têm pouca influência no nível do rio”, explicou o hidrólogo Franco Buffon. Ele ressalta que “são necessários grandes volumes precipitados em grandes áreas para que o nível seja elevado”.

Cerca de 70% da área que capta chuvas que drenam para o rio Madeira se localizam na Bolívia e no Peru, e de lá escoam para o Brasil, ou seja, em locais anteriores (rio acima) ao município de Porto Velho.

No entanto, conforme a análise de Buffon, grandes volumes de chuva na bacia hidrográfica dos rios Beni e Mamoré (ambos na Bolívia) colocaram o rio Madeira em situação de alerta e de risco iminente de transbordamento, ou seja, níveis próximos ou acima de 17m.

Ocorreram pequenos transbordamentos, tanto que a maior parte das famílias de ribeirinhos da região do Baixo Madeira preferiu não ser remanejada para Porto Velho, pelo menos até agora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

Mesmo assim, o hidrólogo não descarta um grande transbordamento, pois a estação chuvosa ainda não terminou. "Geralmente, ela se encerra em meados da primeira ou segunda quinzena de abril. Situação semelhante à do ano passado, porém, está descartada". Em 2014, o rio ultrapassou a cota de 19m.

Foto: Ésio Mendes



SPU doa área a pescadores de Barra do Riacho, mas Jurong leva a fama

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 24.03.2015

Só agora, com a área cedida, o estaleiro começará a cumprir a primeira de suas muitas condicionantes

Ubervalter Coimbra

A cessão de área para implantação da estrutura de embarque e desembarque de pesca em Barra do Riacho pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), permitiu à Prefeitura de Aracruz e ao estaleiro Jurong (EJA) fazer uma festa. O ato reuniu na Associação de Moradores de Barra do Riacho (ACBR) diversos representantes da comunidade, com a direção do SPU, prefeitura e do estaleiro.

Da comunidade, participaram o presidente da Associação de pescadores, Sebastião Vicente Buteri, e o presidente da colônia de pescadores Z-7, Antônio Venturin. Do poder público, o superintendente do SPU, Magno Pires, secretários municipais, e o vice prefeito, Anderson Ghidetti e vereadores.

A representante do estaleiro assinalou na ocasião que o estaleiro Jurong quer não só atender as condicionantes, mas fazer isto da melhor maneira. E que, com a área cedida à comunidade pela SPU, poderá cumprir uma das condicionantes, que é a construção da estrutura de embarque e desembarque. E depois, só depois, a oficina escola, que faz parte do complexo pesqueiro de Barra do Riacho.

Magno Pires, por sua vez afirmou na ocasião que União está à disposição para analisar e executar as doações de áreas pertencentes à União dentro das suas possibilidades para beneficiamento da população com projetos tão importantes como este, como é citado no site da Prefeitura de Aracruz.

A prefeitura registra a satisfação do presidente da associação de pescadores Sebastião Vicente Buteri, que disse estar muito feliz. Ele destacou uma luta de anos, período que só receberam promessas. As obrigações da Jurong com a comunidade vão além. A empresa terá que construir uma oficina escola, fábrica de gelo, unidade de beneficiamento de camarão e pescado e reforma do estaleiro.

A Jurong se instalou na área em janeiro de 2012. Desde esta época, os pescadores locais esbarram em dificuldades para realizar suas atividades. Os pescadores lutam por compensações que a empresa tem de fazer pelos estragos que causa à comunidade.

A empresa se instalou em área com uma comunidade tradicional que, por lei, tem o direito de ter seu território e sua cultura preservados. A área de pesca na Barra do Riacho está cada vez menor, devido à chegada de diversos empreendimentos portuários na região.

Para Irajá Abreu, demarcações devem considerar indígenas e produtores
SÍTIO SURGIU.COM, 25.03.2015



O presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CAPADR), deputado Irajá Abreu (PSD-TO), presidiu na Câmara Federal, a audiência pública para analisar a PEC 215/00, que sugere que os processos de demarcação sejam submetidos ao Congresso para a decisão final.

De acordo com Irajá, as demarcações devem ser um processo que considere não apenas os índios, mas também os produtores. “Não podemos resolver a questão de uns em detrimento de outros”, disse Irajá ao acrescentar que “muitas vezes, esses produtores estão há anos nessas propriedades, produzindo de maneira regular. É impossível não sermos responsáveis com eles. Se for preciso retirá-los, que o Estado indenize de uma forma justa e humana, para que possam ter a oportunidade de recomeçar suas vidas em outros lugares.”

Presente na reunião, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, disse que a aprovação da proposta pode gerar morosidade nas demarcações. Já o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Marcos Montes (MG), ressaltou que a Funai “deixa de lado seus propósitos de cuidar da família do índio para entrar em uma questão jurídica. O embasamento técnico da fundação não é abrangente o suficiente para decidir essas questões”.

Durante a reunião, realizada por iniciativa do vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), ele afirmou que condena as demarcações de terras indígenas como são realizadas hoje pela Funai. De acordo com ele, elas são feitas de forma unilateral e ideológica e isso permite tomar terras dos produtores rurais, muitos deles com escrituras fornecidas pelo Estado há muitas décadas, adquiridas de boa fé, para produzir e criar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

Saiba mais: a proposta em debate (PEC 215/00) sugere que os processos de demarcação sejam submetidos ao Congresso para a decisão final. Hoje, eles ficam concentrados no Poder Executivo e em laudos técnicos.

Foto: Claudio Basílio

Fonte: Ascom Dep Irajá Abreu

Postador: Laísa Praxedes



Apesar das fortes chuvas o atendimento às famílias ribeirinhas está controlado

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 25.03.2015

Com as fortes precipitações do último final de semana, o Médio e Baixo Madeira viram as águas avançarem um pouco mais

A Secretaria Municipal de Projetos Especiais e Defesa Civil (Sempedec) continua realizando ações de proteção às populações ribeirinhas, quanto ao aumentos de cotas do rio Madeira em decorrência das fortes chuvas que assolam a região. Segundo informou Marcelo Santos, coordenador da Defesa Civil Municipal, neste ano, não é mais aguardada uma enchente das mesmas proporções da que ocorreu no ano passado. "Estamos monitorando o rio Madeira com a ajuda do Sipam e da Agência Nacional de Águas, a ANA. Hoje o rio está na cota 16,94 enquanto que no ano passado o dia 24 de março registrava a cota 19,50. Já havia cerca de 30 mil pessoas atingidas pela enchente, enquanto que hoje são 740, entre desalojados e desabrigados. A diferença é muito grande. Temos agora 222 famílias atingidas enquanto que no ano passado eram cerca de oito mil nessa mesma época. São cenários completamente diferentes", disse o coordenador.

Com as fortes precipitações do último final de semana, o Médio e Baixo Madeira viram as águas avançarem um pouco mais. Na zona urbana a cota chegou a 17,14. Alguns ribeirinhos acreditam que as usinas estejam manipulando a vazão dos reservatórios em horários noturnos, de forma que as águas avançariam em determinados momentos e recuariam em outros, quando as comportas fossem cerradas. "Contudo, não temos nenhuma informação oficial de que isso esteja ocorrendo. Em locais como Beco do Birro e Beco Gravatal, algumas vezes, percebemos que de manhã as águas estão pelo assoalho e à noite passam das janelas, mas o controle de vazão das usinas não é realizado por nós e sim pela ANA e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As usinas trabalham numa cota operativa determinada. A da Usina de Santo Antônio é a cota 70 e da Usina de Jirau é a cota 90. Caso essas cotas ultrapassem, o município pode solicitar a cobrança de verificação dos órgãos competentes e pedir providências em relação ao assunto, mas até agora não tem se apresentado algum motivo mais sério para que o município realize esse procedimento", informou Marcelo Santos.

As chuvas nos rios Beni e Madre de Dios, que ultimamente têm sido consideradas acima da média, representam causa de alerta para a Defesa Civil e são esperados para os próximos 10 a 20 dias um aumento de cota do Madeira, podendo chegar à cota 17,50. Contudo, a Defesa Civil vem se antecipando e muitas famílias já tem sido realocadas em áreas protegidas, de forma que se isso vier a ocorrer não são esperados grandes transtornos, pois muita gente já deixou os locais mais arriscados, tanto na região urbana quanto nos distritos e demais localidades no médio e baixo Madeira. De acordo com os meteorologistas, depois desses próximos quinze a vinte dias deve acontecer o recuo das águas e as volta a uma situação de normalidade. Caso a cota atinja os 17,50 metros o município poderá decretar situação de

CONT.



emergência, mas com o excelente trabalho preventivo que tem sido realizado pela Defesa Civil não se espera nada muito drástico. Na região urbana, em locais geralmente mais afetados, como Panair, Beco do Birro e Beco Gravatal, muitos moradores já foram levados para casas de parentes ou de amigos e outras famílias passaram a receber auxílio social, de forma que estão alugando imóveis. Assim, não há previsão de grandes problemas pela frente.

Na semana passada um barco da Defesa Civil levou à região de Calama e localidades próximas um barco com barracas e água potável. Nesta terça-feira (24) outro barco seguiu com quatro mil fardos de água e barracas para Nazaré e Demarcação. "Nas regiões do alto Madeira as águas baixaram e não há motivos para grandes preocupações. No médio e baixo Madeira os moradores foram remanejados para barracas acima das áreas de risco. Eles rejeitam a ideia de virem para a cidade, de forma que temos que ajestá-los por lá mesmo e as barracas são o melhor recurso que dispomos. Portanto, apesar de demandar bastante atenção, a situação não parece anunciar grandes problemas", finalizou o coordenador.

Por Renato Menghi



Povo das Águas atende ribeirinhos da região do Taquari a partir de domingo
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 25.03.2015

As 260 famílias ribeirinhas da Região do Taquari começam ser atendidas no próximo domingo, 29, pelas equipes do programa Povo das Águas. Esta será a primeira ação social realizada pela Prefeitura Municipal naquela localidade, este ano, e os trabalhos começam pela Colônia Cedro, no Porto Santa Ana, das 09 às 13 horas.

O embarque da equipe do Povo das Águas acontece no sábado, dia 28, às 20 horas, no Porto Limoeiro. A ação será desenvolvida até o dia 02 de abril, quando a embarcação retorna à área urbana de Corumbá.

Além da comunidade da Colônia Cedro, o programa atende na segunda-feira, 30, as famílias ribeirinhas da Colônia São Domingos, no Porto Figueira, e do Bracinho, no Porto Sairú, das 09 às 13 horas, por meio de duas equipes multidisciplinares.

No dia 31, terça-feira, a ação acontece na Colônia São Domingos, das 08 às 13 horas e o atendimento será no Porto Sagrado.

No dia 1º de abril, quarta-feira, duas equipes vão atender. Uma atendendo os ribeirinhos da região do Corixão, no Porto Esporra da Prata, das 08 às 13 horas, e a segunda equipe estará na região do Rio Negro e Cedrinho, também das 08 às 13 horas e os trabalhos acontecem dentro da própria embarcação.

O Povo das Águas é um programa social que atende as famílias ribeirinhas residentes em regiões de difícil acesso do Pantanal corumbaense. É uma realização da Prefeitura Municipal que leva serviços médicos, odontológicos, assistenciais e educacionais para as estas localidades, como forma de promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das Regiões das Águas.

A ação envolve todos os segmentos públicos, sociedade civil organizada e colaboradores que possam atender a essa população prestando-lhe serviços de qualidade e oferecendo-lhe condições de minimizar as adversidades e proporcionando-lhes o exercício da cidadania.

O Povo das Águas é coordenado pela Secretaria de Governo e integra as secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Cidadania, da Defesa Civil e da Fundação do Meio Ambiente, além de parceiros, caso da Receita Federal e voluntários, como duas cabeleireiras que vão acompanhar o grupo no Taquari.

Participam do programa social médicos, dentistas, fisioterapeutas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município.

Choram Ednas e Balbinas
SÍTIO O INDIGENISTA, 25.03.2015



Rita Galvão

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei n.º 12.528 de 18 de novembro de 2011, com finalidade de esclarecer as violações de direitos humanos praticadas no período compreendido entre 8 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 chegou a conclusão de que a "força motriz" de todas as violações perpetradas contra os povos indígenas no Brasil foi a questão da terra.

E não estamos falando aqui apenas de remoção e expulsão de comunidades indígenas, o que por si já seria o suficiente para ensejar a devida reparação, mas também de sequestros de crianças, casamentos forçados, envenenamentos, prisões e uma série de práticas que levariam ao que a Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" veio a chamar de genocídio e etnocídio, justificada pelo "elevado valor" da "segurança nacional" para o regime militar.

CONT.



Se por um lado os advogados militantes dos presos políticos não- indígenas lutavam para que, por meio do Habeas Corpus ou outro instrumento jurídico, o Estado ao menos reconhecesse a presença de determinado preso em suas masmorras, os povos indígenas tinham contra si a emissão de “certidões negativas de presença indígena” pela FUNAI visando o avanço desenvolvimentista na Amazônia.

Já não há como negar a força da presença indígena em nosso país, que tem o reconhecimento de seus direitos expresso na Constituição de 1988 e nas normativas internacionais. Já não são considerados “povos em transição”, apesar dos inúmeros esforços por parte do Estado brasileiro para que assim o fosse.

Dentre as recomendações da CNV está a regularização e a desintrusão das terras indígenas como “a mais fundamental forma de reparação coletiva” pelas violações sofridas no período examinado “assim como determinado pela Constituição de 1988”. Desta forma, senhores, melhor que o façamos desde já, detendo a PEC 215, o PL 1610/96, o PL 7735/2014 e outras retrógradas normativas que atentam contra os direitos indígenas, sob pena de que, dentro de alguns anos, estejamos canonicamente pedindo “desculpas” novamente.

Edna de Souza é filha do líder Guarani Marçal de Souza, assassinado em 1983. Balbina é mãe do líder Kaingang Angelo Kretã, morto em 1980, mencionados no item “g” do relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV, intitulado “Perseguição ao Movimento Indígena”.

Rita Galvão é jurista e contribui com oindigenista.com



ADI contra o decreto 4887 está na pauta da sessão de hoje do STF

SÍTIO CEDEFES, 25.03.2015

Pauta de julgamentos previstos para a sessão plenária desta quarta-feira (25) Confira, abaixo, os temas dos processos pautados para julgamento na sessão plenária desta quarta-feira (25), no Supremo Tribunal Federal. A sessão é transmitida em tempo real pela TV Justiça e pela Rádio Justiça.

Quilombolas

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239

Relator: ministro Cezar Peluso (aposentado)

Democratas x Presidente da República

Ação ajuizada pelo Democratas (DEM) contra o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O partido alega que o decreto invade esfera reservada à lei e disciplina procedimentos que implicarão aumento de despesa, como o que determina a desapropriação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de áreas em domínio particular para transferi-las às comunidades quilombolas. A ação sustenta ainda a inconstitucionalidade do critério de auto-atribuição fixado no decreto para identificar os remanescentes dos quilombos e na caracterização das terras a serem reconhecidas a essas comunidades.

Em discussão: saber se o decreto que regula o critério para identificação das comunidades quilombolas e das terras a elas pertencentes é inconstitucional e incompatível com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); e se o decreto impugnado ao regulamentar diretamente dispositivo constitucional invadiu esfera reservada à lei.

PGR: pela improcedência da ação.

O relator julgou procedente a ação, com efeitos "ex nunc". O julgamento foi interrompido por pedido de vista da ministra Rosa Weber.

Fonte: Notícias STF

Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina acontece nos dias 9 e 10 de abril, em Paraty

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2015



VPAAPS/Fiocruz

Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), projeto desenvolvido pela Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz), com o apoio da Fiotec, promoverá nos dias 9 e 10 de abril o "Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminhos". O evento, que acontecerá no Quilombo do Campinho em Paraty, Rio de Janeiro, tem como objetivo principal chamar a atenção para os conflitos socioambientais da região, ampliando o conhecimento e o debate sobre caminhos e soluções possíveis a partir de experiências concretas na região e no país.

Temas como a aplicação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e quais os caminhos para conciliação de interesses nos territórios sobrepostos como a Desafetação, Recategorização ou Dupla Afetação serão tratados por procuradores do Ministério Público Federal/6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades

CONT.



Tradicionais, representantes do movimento social, órgãos ambientais, acadêmicos, representantes do terceiro setor e os grandes interessados: os comunitários do território da Serra da Bocaina.

O evento é uma parceria entre o Ministério Público Federal (MPF) em Angra dos Reis (RJ), a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República (PGR), o Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas, o Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e a Fiocruz. Também conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Prefeitura de Paraty, Projeto Baía da Ilha Grande (BIG) e a ONG Verde Cidadania.

Os conflitos fundiários

O FCT está preocupado com a preservação do território para a continuidade dos modos de vida tradicionais existentes. As comunidades ainda sofrem restrições para a conservação de suas culturas, pois há uma limitação nos serviços essenciais como educação, saúde, lazer, oportunidades de renda e energia elétrica.

Os conflitos fundiários são históricos no nosso país e ainda produzem disputas que se arrastam por anos no Judiciário. Uma forma alternativa e célere, ainda pouco explorada para a solução de demandas, é a mediação. Neste sentido, os primeiros passos já foram dados. Inicialmente, com a aprovação, pelo Senado, do Projeto de Lei nº 406/2013, que amplia o âmbito de aplicação da mediação.

Além disso, há a oferta de curso específico sobre o tema na Escola Nacional de Mediação intitulado "Resolução consensual de conflitos que envolvem políticas públicas", bem como a criação do Cadastro Nacional de Mediadores, já em fase de elaboração, em parceria entre o Ministério da Justiça e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Serviço:

"Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminho"

Dias: 9 e 10 de abril

Local: Quilombo do Campinho, Paraty, RJ.

Mais informações: <http://www.preservareresistir.org/>

Foto: Ricardo Papu

Manifesto das mulheres e demais moradores de Altamira, vítimas da Norte Energia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2015



Nós, moradores (as) dos bairros de Altamira: Tufi, Sudam I, Açaizal, Invasão dos padres, Aparecida, Olarias, Peixaria, Centro, Beco do Afonsinho, Boa Esperança e Brasília, nós moradores das ilhas destruídas do Xingu e barqueiros, representados pelas mulheres, pais de família, crianças e jovens nascidos e criados nesta terra, vivendo de maneira digna no espaço conquistado pelo trabalho honesto de nossas mãos calejadas, sobrevivendo do que o rio e a floresta nos deram, estamos hoje assistindo e vivenciando o maior sofrimento causado pela terceira maior hidrelétrica do mundo: Belo Monte, que há cinco anos vem massacrando o povo e transformando vidas, rios e matas em deserto.

Denunciamos que, de forma ilegal, estamos perdendo nossos bens, conquistados em regime familiar e de herança (terra, casa, alagados, igapós, igarapés, pontes, ilhas, plantas, animais...), estamos sendo espoliados da NOSSA VIDA, NOSSA IDENTIDADE, NOSSA HISTÓRIA, NOSSA CULTURA, NOSSA ESPIRITUALIDADE. Tudo se transformou em um caderno de preço. Como se fosse uma mercadoria que fica numa prateleira de um grande supermercado chamado AMAZÔNIA.

CONT.



A qual tribunal denunciaremos NOSSAS perdas materiais e imateriais? Aos neocolonialistas? Ao neodesenvolvimentismo de esquerda que hoje ocupa o poder político brasileiro? Aos grandes meios de comunicação? Aos corruptos dos cofres públicos? Ao BNDES? Qual poder judiciário julgará nossas ações com JUSTIÇA? A quem recorrer?

Vivenciamos, durante esses cinco anos, que o Poder Judiciário para a NOSSA causa fechou os olhos. Que a Norte Energia é uma besta absoluta, e todos os poderes se curvam diante de seus pés.

Após esses anos, esperando em vão que nossos direitos fossem respeitados, percebemos que, somente nos juntando e partilhando nosso sofrimento, encontraremos solução para a NOSSA causa.

Portanto EXIGIMOS: Reassentamentos dignos, com Saúde, Educação, Segurança; Transporte, Lazer, espiritualidade; e Espaço de trabalho à margem do rio e dos reassentamentos.

Em nome das futuras gerações do Planeta, nos erguemos, defendendo os nossos direitos. Não deixaremos de lutar. NUNCA! A Licença de Operação de Belo Monte não passará!!

Se nos negam a Justiça, se o governo e Judiciário nos viram as costas, o que nos resta nesse momento? Ocupar ruas, praças, bairros, escolas, prefeituras, câmaras de vereadores, EXIGIMOS NOSSOS DIREITOS!!

Documentário vai contar história da Resex Ituxi e Médio Purus

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2015



Forest Comunicação

Foram quatro dias de filmagem, com tomadas em Lábrea e em Brasília, para a realização de um documentário institucional para o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). O vídeo vai contar a história do processo de fortalecimento das lideranças de duas Reservas Extrativistas da microrregião do Purus; a Resex Ituxi e Médio Purus.

“O projeto teve por objetivo apoiar o fortalecimento institucional dos conselhos gestores dessas unidades de conservação de uso sustentável das reservas, que juntas totalizam cerca de 1.400,00 há”, diz Henyo Barreto, coordenador de programa do IEB. A iniciativa faz parte do Projeto “Fortalecimento Institucional das Unidades de Conservação situadas na área de influência da BR 319”, que encerra agora em Abril.

Após a fase de captação, começa agora o trabalho de decupagem e edição, mas você já pode conferir algumas imagens dos cenários pelos quais nossa equipe viajou. Um agradecimento especial à equipe do IEB, Francivane Fernandes e André Segura Tomasi, além é claro de toda comunidade do Ituxi e Médio Purus, que nos receberam super bem e nos guiaram em Lábrea e pelas águas do Purus.



SEPPIR participa de discussão sobre Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2015

Em reunião na manhã desta terça-feira (24) na Câmara dos Deputados, ministra Nilma Lino Gomes ressaltou instalação da Frente como um momento de consolidação do estado democrático

SEPPIR

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes, participou nesta terça-feira (24) da reunião de instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Realizado na Câmara dos Deputados, o encontro reuniu deputados federais, a Secretaria Geral da Presidência da República, o Governo do Distrito Federal e movimentos sociais. Também participaram a secretária de Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Givânia Silva, o secretário de Políticas de Ações Afirmativas, Ronaldo Barros, e os assessores parlamentares Artur Antônio e Danilo Silvestre.



“A instalação da Frente Parlamentar é um marco nesta Casa, na articulação dos movimentos sociais e demais interessados na luta anti-racista. O estado democrático deve abarcar, de forma não-violenta, toda a diversidade de povos, culturas, tradições e interpretações que o compõe. E a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana é importante para fazer avançar a luta dos povos de matriz africana, consolidando a construção do estado democrático.

Nessa perspectiva, a SEPPIR vem contribuir e participar dessa luta”, avaliou a ministra da SEPPIR, que completou: “É importante entender que a questão dos povos tradicionais de matriz africana vai além da religião. Quando falamos de povos tradicionais, falamos de uma dinâmica social, histórica, geográfica e também política. Então há que se destacar que essa é uma luta por direitos e, por isso, a Frente tem que ser ouvida pelo Estado brasileiro e pela sociedade, para assim podermos aprimorar nossa democracia. É também uma luta pela superação do racismo e, consequentemente, pela superação de toda e qualquer forma de violência”, ressaltou Nilma Lino Gomes.

A deputada federal Erika Kokay e representantes dos povos tradicionais de matriz africana discutiram estratégias de trabalho para o ano legislativo. Kokay informou que há assinaturas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

em número suficiente para a instalação da frente parlamentar, sugerindo que o lançamento do colegiado aconteça em maio. Na ocasião, também foi definida a realização de duas audiências públicas: a primeira discutirá a dupla cidadania de brasileiros e africanos; a segunda, discutirá um marco legal para os povos tradicionais de matriz africana.

“A instalação da Frente Parlamentar é um marco nesta Casa”, afirmou a ministra da Igualdade Racial. Foto: Kamilla Pacheco/SEPPIR

Belo Monte: a violência na compensação
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2015



O que uma mãe perde ao ser indenizada pela maior hidrelétrica em construção no Brasil
Letícia Leite – ISA

Mais de cinco mil casas devem ser demolidas na cidade Altamira (PA), antes que o Rio Xingu seja barrado definitivamente. Cerca de três mil já foram abaixo. As ruas próximas à orla estão repletas de entulho de construção. A negociação para a demolição de outras duas mil casas prossegue entre os que vivem onde será o reservatório da usina de Belo Monte e a empresa que a está construindo, a Norte Energia.

A casa onde vivia a conselheira tutelar Edizângela Gomes foi demolida há dois meses. A retirada compulsória da “palafita insalubre” – segundo o empreendedor – ou a primeira “casa de madeira” – segundo Edizângela – deu-lhe o direito de receber uma casa de três quartos e dois banheiros.

Edizângela já passou uma noite na escadaria da igreja, grávida de sete meses, sem casa, com

CONT.



outros dois filhos em seu colo, com fome, abandonada pelo marido, pelo Estado. Levantou quando o sol raiou e seguiu em frente até encontrar um novo amor, com quem teve outros dois filhos. A falta do que comer e a falta de onde dormir não foram suficientes para separar Edizângela de nenhum dos seus cinco filhos até a obra de Belo Monte ser iniciada na cidade onde vive há 20 anos.

A nova casa está a pelo menos uma hora de caminhada do prédio do Conselho Tutelar. Não há transporte público entre o centro da cidade e os reassentamentos coletivos. A mãe de Edizângela, que cuidava dos netos e morava numa extensão da casa da filha, não foi indenizada e teve que ir morar em um terreno da família, na área rural de Altamira. Dois de seus cinco filhos seguiram com a avó até que uma linha de transporte público chegue ao novo bairro ou até que os filhos possam proteger-se sozinhos em uma cidade de 150 mil habitantes que, em 2014, registrou sete assassinatos por mês.

Altamira tem uma média de 57 homicídios por 100 mil habitantes, de acordo com a Polícia Civil, quando o índice "não epidêmico" da Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 10 casos por 100 mil habitantes. Entre 2011 e 2014, o número de assassinatos saltou de 48 para 86 casos, enquanto a população cresceu 100 mil para em torno de 150 mil habitantes, segundo estimativas da prefeitura.

No mês mais violento em Belém, em 2014, foram registradas 380 ocorrências envolvendo furtos e assaltos por dia. Altamira, com população 10 vezes menor, registrou metade do número de ocorrências.

O número de acidentes na cidade de trânsito saltou de 456 para 1169, um aumento de 144% nos últimos quatro anos. Quase 10% dos motoristas envolvidos nos acidentes em 2014 sequer tinham carteira de habilitação. O tamanho das ruas e a malha viária são praticamente os mesmos, enquanto a frota de veículos aumentou em sete mil veículos só no ano passado, de acordo com o Departamento Municipal de Trânsito. Saem às ruas todos os dias quase 50 mil veículos.

Na entrevista a seguir, Edizângela Gomes falou sobre como é trabalhar em uma cidade do interior do Pará que registra números de violência muito acima da média de conflitos armados internacionais. Ela é coordenadora do Conselho Tutelar de Altamira há três anos. No primeiro ano de trabalho, conseguiu retirar a expressão "pai ausente" da identidade do filho. Aprendeu a fazer isso enquanto exercia a função, quando teve que utilizar os instrumentos do Estado para ajudar outra mãe a fazer o mesmo. Foi ser militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para tentar explicar o que era importante para as pessoas que vivem na região. A conselheira acredita que, na maioria das vezes, as pessoas que decidem sobre a vida dos que estão perto dela não conhecem a Amazônia.

Conselho Tutelar sem estrutura

Na mesa de sua sala, a impressora não tem tinta para imprimir o ofício da mãe que está em

CONT.



sua frente solicitando ajuda para conseguir uma vaga na creche. O teto da sala ao lado já começa a ceder, goteiras caem sobre a mesa de madeira (veja galeria de fotos no final do texto). No corredor há uma placa de "banheiro interditado". Durante cinco meses o Conselho Tutelar ficou sem água: até para ir ao banheiro era preciso contar com a solidariedade dos vizinhos. O lugar que recebe crianças em estado de vulnerabilidade é escuro, com paredes gretadas pela infiltração. Não há encanamento na cozinha, um balde embaixo da pia recebe a água da louça que é lavada.

É nesse lugar que cinco conselheiras atenderam 2.030 casos de situações de risco para as crianças e adolescentes de Altamira, em 2014. Abandono de pais e maus tratos são a maioria. A cidade que recebeu 25 mil trabalhadores em três anos não recebeu nenhum reforço no Conselho Tutelar, seja em infraestrutura ou previsão orçamentária para contratação de equipe, para atender pais e mães que abandonaram seus filhos para ir trabalhar e as denúncias decorrentes disso.

A conselheira não tem sequer um telefone fixo que faça ligações para celular ou um celular para realizar chamadas de urgência ou caso necessite acionar a polícia para conter a violência contra menores. Enquanto isso, o Ministério da Justiça publica portarias semestrais que autorizam o uso da Força Nacional para assegurar a continuidade de Belo Monte, desde 2011. O governo federal investe pesado na segurança de um empreendimento privado.

Outro tipo de violência também está nas ruas esburacadas da cidade. As obras de saneamento, uma das principais compensações socioambientais da usina, destruíram calçadas e desnivelaram as poucas ruas que estavam inteiras. Ainda assim, a população vive na incerteza se terá saneamento. A responsabilidade pelas ligações da tubulação que passa nas ruas ao encanamento das casas ainda não foi definida. Só terá esgoto encanado quem pagar por isso.

Entrevista

A reportagem do ISA conversou com Edizângela em Altamira. A seguir, alguns trechos desta conversa.

Letícia Leite (ISA) – Em 2011, foi assinado um Termo de Cooperação Técnico-Financeiro entre a Norte Energia e a Secretaria de Segurança Pública do Pará no valor de R\$ 100 milhões, quase um terço do orçamento da pasta de segurança pública para todo o estado, na ordem de R\$ 340 milhões. O destino acordado para o dinheiro era o fortalecimento da segurança pública e o atendimento dos impactos decorrentes do aumento da população. O que esse investimento refletiu no seu trabalho?

Edizângela Gomes – Dizem que foi gasto este valor, mas eu não vi. Enquanto moradora da região, enquanto coordenadora do Conselho Tutelar, eu não sei onde foi gasto. O conselho está caindo aos pedaços, não tem estrutura adequada para receber uma criança.

CONT.



LL – Como é o dia a dia? O que falta?

EG – Nós somos cinco conselheiras eleitas pela comunidade para garantir o cumprimento dos direitos da criança e adolescentes. Ser conselheira tutelar é um desafio, sendo mulher, negra e morando na periferia da cidade, nesse momento que Altamira passa, é um dos maiores desafios deste país. Porque as demandas se intensificaram. Aqui tem muitas empresas contratando diversos serviços. Muita gente vem em busca de trabalho, a cada dia aumenta mais o número de pessoas. A partir do momento que começou a construção, chegaram 25 mil trabalhadores, homens e também mulheres, que recebem esta oportunidade de emprego, e o conselho tutelar é a porta de entrada de muitos problemas, quando não tem escola, hospital suficiente, quando os pais abandonam os filhos para ir trabalhar.

Existem diversos casos de mulheres que procuram o conselho após terem filhos com operários temporários, que seguiram para outras barragens. Essas crianças são apelidadas de “filhos da barragem”.

LL – Neste fim de semana, de pagamento dos funcionários da usina, o Conselho acompanhou uma operação da Polícia Militar de combate à exploração sexual. Cartazes em bares anunciavam a “Noite dos Barrageiros”, festa para o público da obra que vem à Altamira no fim de semana. Como foi essa operação? O que você viu?

EG – Nós passamos por várias boates com grande número de mulheres fazendo programas. A gente viu esta questão da mulher como mercadoria. Nesta batida, não encontramos adolescentes, mas mulheres muito jovens, na faixa de 20 anos. Mas nós recebemos um caso, uma semana antes, em uma casa da periferia da cidade. Fizemos os procedimentos, encaminhamos para a vara da infância, Ministério Público. A adolescente estava gestante de cinco meses, tinha 17 anos. Ela estava em uma casa de prostituição que ficava dentro da comunidade “Invasão dos Padres”.

Na mesma semana, encontramos outra adolescente gestante ingerindo bebida alcoólica em um bar em frente à rodoviária. Ela também estava fazendo programa. Advertimos o proprietário e encaminhamos o caso. A prostituição infantil existe na nossa região, não é uma história, é um fato. Encontramos uma adolescente, grávida, se prostituindo e não temos uma rede de saúde pronta para a encaminharmos, não temos uma política pública. Nós temos uma defensoria pública estadual que não tem nenhum defensor. Porque um município deste, com todo este inchaço populacional, não tem uma defensoria? Isso dificulta muita a nossa atuação.

Recebemos as denúncias e não temos estrutura para acompanhar as situações. Eu me lembro de uma situação em que atendi uma adolescente dopada de drogas, que foi encontrada em uma praia e foi violentada por vários homens que trabalhavam na obra. Até hoje esses homens nunca foram identificados. O SAMU trouxe a adolescente espumando pela boca, ela não falava. O SAMU trouxe ela amarrada para pedir que uma conselheira acompanhasse a jovem até o hospital.

CONT.



Quando ela voltou à consciência, ela contou que saiu da escola, recebeu um convite de uma amiga para ir até a praia. Chegando lá tinham vários homens com uniforme da CCBM [Consórcio Construtor Belo Monte]. Elas começaram a beber e a jovem não se lembrava de mais nada.

Houve o caso da menina Evylin, de nove anos, que foi morta, estuprada e estrangulada e até hoje não se tem resposta sobre o crime.

Depois de ver uma coisa dessas eu volto pra casa com o coração a flor da pele. E ainda chego em casa e não posso contar isso pra ninguém, não posso expressar o que estou sentindo. Meu esposo não vai entender, meus filhos também não. Eu tenho que chegar em casa e ser feliz com eles, dar amor e carinho a eles. Não é fácil ir pro trabalho, presenciar tanta violência e depois chegar em casa e fingir que está tudo bem e fazer a tarefa de casa com o meu filho.

LL – Você também foi transferida da sua casa. Como está sua rotina no novo bairro?

EG – Antes eu morava no bairro Esperança, na rua 8, um bairro que será deslocado para dar lugar ao lago de Belo Monte. Quando a gente ouviu falar dos estudos da hidrelétrica, que diziam que a gente teria de sair dali para dar lugar ao lago, a gente não acreditava que teríamos de sair dali, que iríamos se separar da forma que a gente foi separado. Quando as empresas vieram fazer os estudos, os assistentes sociais diziam que a gente iria melhorar de vida, que iríamos ter direito a permanecer juntos. Muita gente acreditou nisso. E o dia que a gente seria transferido chegou. E as pessoas da comunidade se perderam umas das outras. Quando a gente chegou no reassentamento a gente se deparou com a quebra do vínculo comunitário e familiar. Cada um foi pra um lugar, eu não sei para onde foram os meus vizinhos, a gente ainda tá se achando. Foi prometido uma melhora na qualidade de vida, mas os meios públicos para atender a comunidade ainda não foram construídos. Estão no papel, são projetos, mas as pessoas já estão lá. Lá não tem escola, o posto de saúde é provisório, não tem creche, temos problema de falta água, de energia elétrica. E tem as pessoas que ficaram na comunidade. Enquanto a gente foi se mudando, muitas pessoas foram ficando. Eles disseram que a rua 8 iria ser inteira transferida, só não iria ficar junto quem não optasse pelo reassentamento. Mas isso não aconteceu. Algumas pessoas que ainda estão no bairro Boa Esperança foram saindo e eles foram retirando as casas e os postes de luz. Algumas ruas já não tem mais luz e ainda restam casas lá, não tem segurança, a violência aumentou.

LL – O que mudou na sua família?

EG – Onde eu morava, a minha casa era de palafita, como o empreendedor chama, a minha casa era de madeira, mas conseguia abrigar toda a minha família. A minha casa era como uma casa de apoio, minha mãe morava comigo, meu pai passava um tempo comigo, minha irmã que mora em São Felix do Xingu, quando precisava vir para Altamira, ficava na minha casa. Agora que eu me mudei, a casa não está adaptada para o tamanho da nossa família. Minha mãe teve que ir para a zona rural. Porque eu, meu esposo, mais cinco filhos já somos sete. Minha mãe, o esposo e a netinha que ela cria não cabiam na casa. Era ela que me ajudava

CONT.



quando eu ia para o Conselho Tutelar cuidando dos meus filhos. Eu ainda não tive condições para fazer um puxadinho, construir alguma coisa para ela ficar comigo. Não existe transporte coletivo nos novos bairros. Nesta semana, eu gastei R\$ 50 em mototáxi. Pra quem ganha um salário mínimo, este valor pesa. Você só vê transporte para levar e buscar os trabalhadores que estão trabalhando no reassentamento.

Quando eu mudei, percebi que não poderia mais ficar com todos os meus filhos, pela segurança deles. Como eu poderia trabalhar e deixar as crianças num bairro longe do meu trabalho, sem transporte público? Por esse motivo, eu tive que deixar dois filhos com ela. A melhor forma para proteger eles. Este foi um grande sacrifício como mãe. A gente já passou por muitas situações difíceis, fui mãe solteira, já me vi por uma noite grávida, com dois filhos, sem ter abrigo, mas junto com meus filhos, sempre juntos. Desta vez, esta mudança na minha vida fez com que a gente se separasse para a proteção deles. Eu sei que é passageiro, mas é uma separação. Ver dois dos meus cinco filhos somente uma vez por semana é muito difícil.

LL – Porque a sua mãe não recebeu uma casa?

EG – Na época que eles fizeram o primeiro cadastro para a transferência, minha mãe estava em casa. Quando eles fizeram o segundo cadastro, minha mãe estava em São Félix do Xingu buscando uma documentação. A empresa colocou-a como “população ausente”, então ela perdeu o direito de receber uma casa. Minha mãe tinha um pedaço de terra de 50 metros quadrados na zona rural e foi morar lá. Minha mãe tinha pedacinho de terra, mas muitos destes agregados, que não receberam nenhum direito, estão voltando para as áreas, porque não têm condições de pagar um aluguel.

LL – O que Belo Monte te ensinou?

EG – Eu aprendi a lidar com o mal e com o que me fazia mal. Eu fui ser militante do MAB para tentar explicar para as pessoas que decidem sobre a nossa vida, o que é importante para nós, importante de verdade! Eu entendi que muitas vezes não é uma questão de maldade, mas de despreparo, as pessoas vem aqui de fora, de São Paulo e não conhecem esta realidade, não sabem o que estão fazendo.

LL – Se você encontrasse a presidente Dilma hoje, o que diria a ela?

EG – Eu diria pra ela que aqui existem muitas mães e mulheres sofrendo o impacto de Belo Monte. Eu sei que não foi ela que decidiu pela hidrelétrica sozinha, mas ela continuou. Não existe respeito com as mulheres e crianças dessa região e pediria pra ela, enquanto mãe, mulher e presidente que ela parasse um pouco pra pensar sobre o que está acontecendo aqui. Avalio também que não é só ela que comanda todo o país, são vários interesses políticos. Eu não entendo muito bem, mas a construção de barragens na Amazônia é uma destruição das mulheres, da juventude, das comunidades ribeirinhas, dos povos indígenas, que são os mais impactados e violados.

Funai e deputados debatem a demarcação de terras indígenas em audiência
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2015



Por Michèle Canes – Agência Brasil

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados fez ontem (24), no Congresso Nacional, uma audiência pública para debater a demarcação de terras indígenas. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli foi convidado pelos deputados para prestar esclarecimentos sobre a identificação e delimitação das terras indígenas.

Durante o debate, Chiarelli respondeu a questionamentos dos deputados que, em alguns casos, defenderam que existe a produção de laudos fraudulentos para a demarcação de terras indígenas. “[O proprietário] contrata os advogados e eles, para instruir o processo, fazem o contra-laudo e encontram centenas de inconsistência. O laudo é feito unilateral durante anos. Tem inconformidades, inconsistência técnica, testemunhal, histórica”, diz o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), autor do pedido da audiência.

Chiarelli defende que são feitos estudos técnicos e que muitos desses processos, por serem

CONT.



extensos, não são lidos na totalidade. "Se você não conhece um material na integralidade, você não pode dizer se aquilo é fraudulento ou não", defendeu. Ele acrescentou que, ao apurar as denúncias feitas, muitas vezes a Funai verifica que existe inconsistência nas alegações.

"Muitas vezes a gente vai apurar aquilo e chega à conclusão de que não passava de um mal entendido ou uma denúncia falsa de um factóide que foi criada. Eu tenho a impressão que as acusações de fraude nos laudos não se sustentam porque não há um exame da questão. Isso fica mais no discurso superficial, muito permeado pela ideologia".

Durante o debate, os deputados defenderam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que retira do Poder Executivo a atribuição exclusiva de homologar terras indígenas passando a competência para aprovar a demarcação ao Congresso Nacional. A proposta é alvo de protestos da comunidade indígena. "Nunca mais veríamos terras indígenas demarcadas visto que a grande maioria do Congresso Nacional são os próprios fazendeiros e que jamais vão dar uma palavra final positiva", defende o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Lindomar Terena.

Para Moreira, durante os processos, os produtores não são ouvidos e não têm a possibilidade de defesa. Segundo o deputado, com a transferência para o Congresso, todos os lados envolvidos seriam ouvidos. "Quando chegar aqui para fazer a decisão final, é certo que esta Casa vai ouvir as partes e se uma das partes com consistência disse que o laudo antropológico tem vício de origem, é fraudulento, claro que vamos buscar a possibilidade de contraprova para saber se isso acontece".

O presidente da Funai defende que o Congresso é um espaço para debates e que representa os diversos segmentos da sociedade, mas, para ele, não pode ser o local de decisão final sobre o tema. "Quando se trata da definição de algo e, se tratando de uma minoria, essa situação se agrava um pouco mais. Ela [a definição] não pode ficar a cargo de um ambiente onde as minorias não terão em número, quantitativo, a sua representatividade. Por isso, e não por outro motivo, que o Constituinte de 1988 pré-estabeleceu uma série de direitos que não podem ser modificados".

Chiarelli defendeu também que, ao contrário do que os deputados defendem, a Constituição Federal não atribui ao Congresso a competência para a decisão relativa às terras indígenas. "Quando ela [Constituição Federal] diz que compete à União demarcar as terras indígenas, ela não falou que compete ao Congresso. A União é formada por três poderes: Judiciário, Executivo, Legislativo. Então na clássica separação dos poderes, compete sempre ao Executivo tomar as medidas executivas e não ao Poder Legislativo". O presidente da Funai defende ainda que a Casa é um espaço para debates e para buscar soluções para os problemas que envolvem o tema.

Índios ocupam sede de atendimento à saúde no Mato Grosso

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2015



Graziele Bezerra – EBC

Índios Terena e Kaiapó ocupam a sede do Distrito de Atendimento à Saúde Indígena em Colíder, no Mato Grosso, há quase dois meses. Eles cobram do Ministério da Saúde melhor atendimento aos indígenas e a nomeação de um novo coordenador para a unidade.

A liderança Taravy Kayabi diz que a situação do Distrito é crítica. Povos de nove etnias da região estão sem atendimento e sem remédios.

Depois que começaram os protestos indígenas, a então coordenadora do Distrito, Sana Sarmiento, pediu afastamento do cargo. Nessa segunda-feira assumiu o substituto Paulo Roberto Rodrigues, mas os índios cobram a nomeação de alguém da confiança das etnias e a presença do secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, no local.

Taravy Kayabi afirmou que a Sesai – Secretaria Especial de Saúde Indígena está negociando apenas por telefone e prometeu enviar médicos do Programa Mais Médicos para verificar a situação da saúde dos índios na região.

A reportagem entrou em contato com o Ministério da Saúde mas até o momento não obteve retorno.

Fenômeno faz com que rios da bacia hidrográfica amazônica não sequem o esperado
SÍTIO A CRÍTICA, 25.03.2015

Há dois anos rios não secam o suficiente para evitar mudanças no modo de vida e produção das comunidades ribeirinhas



Rocky Protássio é um dos pescadores que no ano passado viu a seca não atingir os níveis necessários para que as mudanças na comunidade não existissem. Pesca do pirarucu está entre as atividades prejudicadas, e para não perder, comunidades buscam alternativas (Antonio Lima)

Nos últimos dois anos, os rios da bacia hidrográfica amazônica não secaram aquilo que era esperado para garantir que as mudanças climáticas não atrapalhassem o modo de vida e produção das comunidades ribeirinhas. O secretário-adjunto da Defesa Civil do Amazonas, Hermógenes Rabelo, classifica esse fenômeno como anormal e não descarta a repetição do mesmo em 2015.

Hermógenes destacou que uma das justificativas para que o ciclo da seca não se complete são

CONT.



as chuvas que atingem o Norte da Bolívia, a encosta oriental do Andes, no Peru, e no Sul da Colômbia. "Nós não tivemos uma seca, os rios continuaram cheios. Os grandes lagos funcionam como 'piscinões' para equilibrar a subida e descida, como eles não secaram, quando a água que vem lá da nascente descer, ela não tem para onde ir", explicou Hermógenes.

Exemplos

Entre os exemplos que podem ser citados, estão as dificuldades na pesca das espécies que dependem da seca para serem realizadas. Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (RDS-PP), em 2014, o fenômeno atrapalhou a pesca manejada do pirarucu e do acará-disco, peixe ornamental que é alternativa para geração de renda de pescadores na região. Ambas atividades acontecem com o apoio do Instituto Piagaçu (IPi), que atua no Baixo Purus há 10 anos.. Atualmente o nível da água na região chega a 18 metros.

O pescador Irailton Bastos, que atua na pesca manejada do pirarucu na comunidade Itapuru, na RDS-PP, conta que no ano passado a pesca foi prejudicada. "Temos que nos adaptar, arranjar alternativas para driblar essa dificuldade. Com os lagos cheios, fica mais difícil contar, monitorar e, principalmente, pescar". Segundo ele, uma das formas que a comunidade encontrou para poder alcançar a meta da pesca é fechar as áreas conhecidas como boca dos lagos com cerca.

Em 2015, a comunidade em que ele atua espera conseguir, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) autorização para a pesca de 600 pirarucus no fim do ano. "Se conseguirmos autorização vamos depender apenas do nível da água para conseguir atingir essa meta", explica.

Em 2014, a pesca do acará disco não foi realizada. Pescador da espécie, Mário Pereira de Souza, 47, conta que não é possível conseguir o peixe sem que a água do rio desça. "Desde que começamos o trabalho da pesca do acará essa foi a primeira vez que não conseguimos por causa da água. Ele só aparece na seca", conta.

Morando há 25 anos na comunidade do Uixi, ainda na RDS-PP, Rocky Protássio, 56, também investe na produção de farinha, na coleta da castanha para venda e assim espera não depender apenas da pesca. "O melhor período é o que podemos pescar para venda é justamente a seca. Mas não tem seca como tinha antes. A gente fica esperando e acaba se arriscando mesmo assim, como é o caso do pirarucu", lembra.

Enchente

Na calha do Purus, quatro cidades decretaram situação de emergência: Canutama, Carauari, Pauini, Lábrea e Tapauá. Boca do Acre é o único município do Amazonas a entrar em calamidade pública.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54/2015

Brasília, 25 de março de 2015.

População começa a deixar a cidade

A Prefeitura de Boca do Acre, município distante 1.028 quilômetros de Manaus, estima que mais de 200 famílias deixaram a cidade nas últimas semanas em direção a Rio Branco (AC). Oito dos nove bairros da cidade estão inundados.



14º Fórum de Presidentes de Condisi presta homenagem à liderança indígena do Alto Juruá

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 25.03.2015

A 14ª Reunião Ordinária do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi), que acontece em Brasília de 24 a 26, começou emocionada. Após um minuto de silêncio e oração em homenagem ao presidente do Condisi Alto Rio Juruá, Orlando Assis Cruz, falecido no último dia seis, o coordenador adjunto do Fórum, William Xacriabá, do Condisi Altamira, iniciou oficialmente os trabalhos do Fórum apresentando os novos presidentes de Condisi que tomaram posse recentemente.

Durante três dias, presidentes de Condisi de todo o Brasil, assessores indígenas e representantes de organizações indígenas debaterão o controle social da saúde indígena, com informes dos Departamentos e Coordenações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e outros assuntos.

O secretário especial de saúde indígena, Antônio Alves, destacou a importância da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, prevista para acontecer entre os dias 17 e 20 de novembro de 2015, e lembrou que boa parte dos presidentes de Condisi que não puderam comparecer estariam participando de reunião preparatória.

“Esse é um evento muito importante, pois é uma conferência que tratará não só da saúde, mas da política indigenista de forma geral. Por mais que avancemos na saúde, se não atacarmos os determinantes sociais da saúde, como as questões da terra, do alimento, da habitação, da educação, do transporte e das vias de acesso às aldeias, a gente dificilmente conseguirá sucesso nessa empreitada. Políticas que determinam a forma de termos mais ou menos saúde são fundamentais”, afirmou o secretário.

Alves afirmou, ainda, que o processo de monitoramento social deve ser cotidiano, porém não deve ser confundido com a gestão da saúde. “O controle social é importante pra gestão, mas não podemos confundir um com o outro. O Ministro Arthur é um grande apoiador do controle social, não perde uma reunião do Conselho Nacional de Saúde, mas deixa bem claro para o Conselho qual o seu papel: ele não substitui a gestão, e nós não substituímos o controle social”, enfatiza o secretário.

Para ele, está bem definido o papel do controle social, que é importante para administração, na medida em que alerta para quando determinada área da gestão não está funcionando adequadamente, alguma ação planejada não foi bem executada, bem como no combate à corrupção.

“Muitos de nós, às vezes, não fiscalizamos como deveríamos, não denunciemos nas instâncias legais, não levamos nem para o coordenador distrital. Nós somos parceiros em todos os

CONT.



acertos da saúde indígena porque ela funciona com o controle social, mas nós também somos parceiros em tudo que dá errado e não podemos negar isto porque o espaço político existe”, pontua Xacriabá.

Lutas, e mais lutas

O ano de 2015 será movimentado para a saúde indígena. “Nós temos que nos fortalecer, trabalhar junto com as organizações porque as questões indígenas, hoje, estão muito difíceis. Temos que nos organizar e lutar para que possamos vencer”, afirmou Antonisio Lulu - o cacique Darã, etnia guarani, do estado de São Paulo.

William Xacriabá corroborou a fala do cacique Darã e reiterou que o Fórum mantém, como membros permanentes, representantes das maiores organizações indígenas, tanto em nível nacional quanto regional. “Nós somos indígenas em movimento. (...) São todos convidados permanentes pra gente somar e trabalhar junto, não trabalhar alheio ao movimento.”

Gargalos na Saúde Indígena

“Teve um avanço enorme da criação da Sesai até aqui, todos nós aqui sabemos disso. É inegável como melhorou”, afirmou Xacriabá. Alves lembrou, porém, que, um dos grandes gargalos na saúde indígena é a média e alta complexidade.

“Na atenção básica, você garante equipe em área, mas quando precisa de um apoio, nós temos um grande estrangulamento, que não é específico ou privilégio da saúde indígena, mas é mais complicado para o indígena aldeado por conta de toda a logística de acesso”.

Para tanto, o secretário lembrou também que o Programa Mais Especialidades – uma proposta lançada pela Presidenta Dilma Rousseff e que vem sendo debatida pela Sesai e outras secretarias do Ministério da Saúde – poderá garantir que os povos indígenas tenham acesso à média e à alta complexidades. “[O Programa Mais Especialidades] vai trabalhar por áreas, tanto ambulatorial quanto hospitalar, que com certeza irão nos ajudar”, afirmou.

Programação

Na programação do primeiro e segundo dias de encontro, haverá um momento para atualização sobre as ações e resultados dos Departamentos e Coordenações da Sesai, nível central, e dos Dseis; está previsto ainda um debate sobre a 15ª Conferência Nacional de Saúde e também sobre a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

O último dia está reservado para discussões sobre a Ouvidoria do Sistema Único de Saúde, sobre o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas (do Ministério dos Esportes) e a eleição para o segundo coordenador adjunto do Fórum.

Por: Déborah Proença

Comissão de Ciência e Tecnologia aprova novo marco legal da biodiversidade
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 25.03.2015



Senadores Telmário Mota, Hélio José e Ronaldo Caiado na reunião da CCT na manhã desta quarta-feira (25)

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou nesta quarta-feira (25) relatório do senador Telmário Mota (PDT-RR) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que institui novo marco legal da biodiversidade.

O texto aprovado modifica o termo população indígena, utilizado em diversas partes do projeto, por povos indígenas. Conforme Telmário, essa é a terminologia adequada às leis brasileiras e aos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Também foi aprovada a obrigação de repartição de benefícios sempre que um produto resultar de uso de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado, desde que o componente do patrimônio genético ou do conhecimento associado seja um dos elementos de agregação de valor do produto.

CONT.



O parecer acatado pela CCT transforma a exigência de lista positiva — de produtos passíveis de repartição de benefícios — em lista negativa — de produtos cujos benefícios não devem ser repartidos. Com a mudança, será então instituída pelo governo federal uma lista de produtos isentos de repartição de benefícios.

A matéria já foi aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com duas emendas de redação, e também está em análise nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto terá decisão final em Plenário e passará a trancar a pauta no dia 10 de abril, se não for votado até lá. Se forem acatadas emendas de mérito, o texto volta ao exame da Câmara. Mas se for aprovado sem modificação ou apenas com emendas de redação, seguirá para sanção presidencial.

Polêmicas

Antes da aprovação da matéria, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), mesmo não sendo integrante da CCT, pediu ao senador Lasier Martins (PDT-RS), que presidia a reunião, que adiasse a votação do texto para um acordo com as outras comissões, sobre pontos polêmicos.

Entre os pontos citados por Caiado está a adoção do termo povos indígenas, o qual, disse, estaria em discordância com a Constituição Federal. O senador por Goiás considera ruim que o projeto chegue ao Plenário com pareceres divergentes aprovados nas comissões.

Lasier Martins informou sobre a impossibilidade regimental de adiamento da votação, por conta da tramitação em regime de urgência, aspecto que tem sido muito criticado.

— Temos percebido um sentimento de insatisfação com esse projeto, uma inquietude, mas a premência do tempo está nos conduzindo a concluir por um projeto que vai deixar a desejar e sofrerá críticas ao longo do tempo — afirmou Lasier.

Telmário Mota defendeu as emendas acatadas em seu relatório, dizendo que estariam entre as acolhidas pelo relator na CMA, senador Jorge Viana (PT-AC). O senador disse ainda que não há divergências entre os relatores e considerou a argumentação de Caiado uma tentativa de atender interesses unilaterais do setor empresarial.

— São as forças produtivas tentando manter um projeto que prejudica aqueles que são detentores do conhecimento, que são as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas. O projeto original não é bom para o Brasil, para é bom para nossa biodiversidade, não é bom para nosso patrimônio e não é bom para os detentores do conhecimento tradicional — frisou Telmário.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Indígenas fazem bloqueio em rodovias e cobram melhorias no norte do TO

SÍTIO GLOBO.COM, 25.03.2015

*Eles pedem reparos nas estradas que dão acesso às aldeias.
Mais de 100 alunos estão sem aula em Tocantinópolis e Maurilândia do TO.*

Indígenas da etnia apinajé bloqueiam a BR-230 e a TO-126, no norte do Tocantins, desde esta terça-feira (24). Eles reivindicam melhorias nas estradas que dão acesso às aldeias. Com pneus e troncos de árvores, eles fecharam a passagem e forçaram muitos motoristas a seguirem por outro caminho. Os protestantes só permitem a passagem de veículos em situações de urgência e emergência. "Nossos alunos já perderam vários dias de aula porque o coletivo não entra nas aldeias e isso nos deixa indignados", disse o cacique Davi Apinajé.



Indígenas fazem bloqueio e pedem melhores condições nas estradas no norte do Tocantins
(Foto: Reprodução/TV Anhangüera)

Às margens da BR-230, eles construíram um barracão que serve de apoio para os que vão permanecer no bloqueio da rodovia. Eles relataram que enviaram vários ofícios ao Governo do Tocantins e às Prefeituras de Tocantinópolis e Maurilândia do Tocantins, solicitando reparos nas estradas, mas eles não obtiveram uma resposta. "Já enviamos quatro ofícios e a resposta ainda não chegou. As nossas crianças estão perdendo aula e nós que somos pais estamos muito preocupados", argumentou o indígena Edimar Apinajé.

De 15 aldeias Apinajé, oito estariam com o transporte dos alunos prejudicado por causa da falta de infraestrutura. Em algumas estradas é praticamente impossível o tráfego. A maioria é estreita e com as chuvas, boa parte já está tomada por erosões. Na aldeia Cocal Grande, cerca de 20 alunos estariam sem ir a escola. Há dois meses o transporte escolar não chega a aldeia.

A TO-126, que dá acesso a Maurilândia do Tocantins, também está bloqueada com galhos. O protesto lá já dura 24 horas. Na região, são 13 aldeias e pouco mais de 600 alunos. Destas, seis aldeias estariam com problemas nas estradas e 100 alunos, sem irem à escola.

O Departamento de Estradas de Rodagem (Dertins) informou que a conservação das estradas vicinais não é de responsabilidade do órgão, mas que está trabalhando para recuperar o trecho na TO-126.